



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

## **PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS - FEDERAL Nº 1800/2024**

**Rio de Janeiro, 18 de outubro de 2024.**

[REMOVIDO], ajuizado por [NOME]

Trata-se de Autor, 3 anos de idade, com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, grau de suporte II (Evento 1, LAUDO10, Páginas 1 a 3; Evento 1, LAUDO11, Página 1), solicitando o fornecimento de tratamentos de fonoaudiologia, psicologia e terapia ocupacional (Evento 1, INIC1, Página 6).

De acordo com o Ministério da Saúde, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades. Os serviços de reabilitação/habilitação com modalidade intelectual, deverão prestar atendimento e garantir linhas de cuidado em saúde nas quais sejam desenvolvidas ações voltadas para o desenvolvimento singular no âmbito do projeto terapêutico voltadas à funcionalidade, cognição, linguagem, sociabilidade e ao desempenho de habilidades necessárias para pessoas com deficiência intelectual e com transtornos do espectro autista (TEA).

Segundo a Portaria Conjunta nº 7, de 12 de abril de 2022, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Comportamento Agressivo no Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), as pessoas com TEA e problemas de comportamento agressivo devem ter acesso a uma equipe multiprofissional e multidisciplinar, para seu adequado diagnóstico, tratamento e acompanhamento. Esta equipe deve trabalhar em parceria com pacientes, familiares, companheiros e cuidadores, sempre que possível e apropriado. Revisões sistemáticas reconhecem os benefícios de diversas intervenções, sem sugerir superioridade de qualquer modelo. Assim, a escolha do método a ser utilizado no tratamento da pessoa com TEA deve ser feita de modo conjunto entre a equipe e a família do paciente, garantindo informações adequadas quanto ao alcance e aos benefícios do tratamento, bem como favorecendo a implicação e a corresponsabilidade pelo cuidado.

Assim, informa-se que os tratamentos de fonoaudiologia, psicologia e terapia ocupacional estão indicados ao acompanhamento do quadro clínico do Autor - [NOME], grau de suporte II (Evento 1, LAUDO10, Páginas 1 a 3; Evento 1, LAUDO11, Página 1). Além disso, estão cobertos pelo SUS, conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS (SIGTAP) na qual constam: atendimento individual em psicoterapia, terapia fonoaudiológica individual, consulta de profissionais de nível superior na atenção primária (exceto médico), sob os seguintes códigos de procedimento: 03.01.08.017-8, 03.01.07.011-3, 03.01.01.003-0, considerando o disposto na Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES).

Quanto ao ente federativo responsável pelo fornecimento dos tratamentos, ressalta-se que o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), é de caráter nacional e deve ser utilizado pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes<sup>3</sup>.

O ingresso dos usuários nas unidades que ofertam os serviços do SUS, ocorre por meio do sistema de regulação, conforme previsto na Política Nacional de Regulação que organiza o serviço em três dimensões (Regulação de Sistemas de Saúde, Regulação da Atenção à Saúde e Regulação do Acesso à Assistência) para qualificar a atenção e o acesso da população às ações e aos serviços de saúde.

Em consulta à plataforma Secretaria Municipal de Saúde – Transparência do SISREG Ambulatorial, foi localizada solicitação de reabilitação intelectual pediatria para o Autor, solicitado em 28/08/2024, pela Clínica da Família Rinaldo de Lamare, diagnóstico inicial Autismo Infantil, classificação de risco: Vermelho – Emergência, com situação: Pendente.

Assim, sugere-se que a unidade solicitante (Clínica da Família Rinaldo de Lamare) adeque a solicitação feita no SISREG, para que o cadastro do Autor seja regularizado e possa retornar à fila de espera para os atendimentos necessários ao seu caso.

Quanto à possibilidade de risco de dano irreparável, cabe elucidar que em documentos médicos foi informado que o Autor [NOME], rigidez cognitiva, prejuízo de interação social e atraso importante na fala. Assim, considerando que o quadro gera prejuízos para os próprios indivíduos, familiares e cuidadores<sup>3</sup> e que a intervenção precoce possa alterar o prognóstico e suavizar os sintomas. Salienta-se que a demora exacerbada no início do tratamento multidisciplinar poderá influenciar negativamente no prognóstico em questão.



**GOVERNO DO ESTADO**  
**RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

Por fim, salienta-se que informações acerca de custo de atendimento em saúde não constam no escopo de atuação deste Núcleo.

É o parecer.

À 4ª Vara Federal do Rio de Janeiro, da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.